

LEONARDO CEMBRANELLI DE AQUINO

**CHINA: POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Monografia apresentada como requisito
parcial para conclusão do curso de
bacharelado em Relações Internacionais do
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.
Orientador: Prof. Sérvulo Vicente Moreira.**

**BRASÍLIA – DF
JUNHO DE 2004**

“It is probably true that business corrupts everything it touches. It corrupts politics, sports, literature, art, labor unions and so on. But business also corrupts and undermines monolithic totalitarianism. Capitalism is at its liberating best in a noncapitalist environment.”

ERIC HOFFER

Para Isabel.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida.

A meus pais, Luciano e Leila pela dedicação e cuidados com minha educação, desde o início; pelos valores de humanidade, trabalho e honestidade; e pelo carinho sempre presente.

Aos meus irmãos pela amizade e lealdade.

A todos os meus familiares pela união.

Aos meus grandes amigos pelo apoio.

Aos colegas de faculdade pela cooperação.

Meus agradecimentos a todos os professores pela experiência e exemplo de profissionalismo passados ao longo dos anos de faculdade.

Aos funcionários do UniCEUB por sua presteza e ajuda.

Meu agradecimento especial ao Professor Sérvulo Moreira por sua competente orientação, vital para a realização deste trabalho e pela amizade.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	I
LISTA DE SIGLAS	II
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 HISTÓRICO.....	01
1.2 OBJETIVO GERAL.....	04
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	04
1.4 DELIMITAÇÕES.....	05
1.5 HIPÓTESES.....	05
1.6 METODOLOGIA.....	06
2. MARCO TEÓRICO	07
2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	07
2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	09
2.3 TEORIA EVOLUCIONISTA.....	13
2.4 IDH E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.....	18
2.5 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	20
3. CONFORTO PROPORCIONADO PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO	26
3.1 METAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	26
3.2 INVESTIMENTOS E TECNOLOGIA NA CHINA.....	29
3.3 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DA CHINA.....	35
3.4 DADOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CHINA ENTRE 1978 E 1990, PÓS “GRANDES MODERNIZAÇÕES”.....	37
3.5 DADOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CHINA ENTRE 1990 E 2003, APÓS PRESSÕES INTERNACIONAIS ACARRETADAS PELO MASSACRE DA PRAÇA TIAN’ ANMEN.....	38
4. CONCLUSÃO	43
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45
6. ANEXOS	49

LISTA DE SIGLAS

EVA - Empresas de Vilas e Aldeias

IDE - Investimento Direto Externo/ Estrangeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC - Paridade do Poder de Compra

RDH - Relatório de Desenvolvimento Humano

RPC - República Popular da China

ZEE - Zona Econômica Especial

RESUMO

Este trabalho se propõe a explicitar o nível de desenvolvimento econômico alcançado pela República Popular da China a partir da análise de dados estatísticos no período compreendido entre 1978 e 2004. O estudo faz um breve histórico sobre a sociedade chinesa e em seu marco teórico explica os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico, o desenvolvimento econômico segundo a teoria evolucionista, o IDH e o desenvolvimento social e as políticas de Comércio Internacional. Em seguida, analisa os dados estatísticos do país, à luz das teorias abordadas em seu marco teórico.

ABSTRACT

The present study has as its objective to show the level of the economic development attained by the People's Republic of China through analysis of statistical data in the term between 1978 and 2004. The study brings a brief historical about the Chinese society and explains concepts of economic growth, economic development, economic development according to the evolutionist theory, HDI and social development and International Trade policies. Following, we analyze statistical data from the country, in the light of theories mentioned throughout the study.

1. INTRODUÇÃO

1.1 HISTÓRICO

A evidência e repercussão que a República Popular da China (RPC) e seus altos índices de crescimento e desenvolvimento econômico ganharam nos últimos anos é singular. Há notícias diárias nos jornais, e livros sobre essa nova pujança econômica do século XXI são publicados cada vez com mais frequência. É um país de extensões continentais, com 20% da população mundial, ou seja, possui um mercado potencial de 1,3 bilhão de habitantes, e seu crescimento tem efeitos nas empresas e economia do mundo todo.

Segundo POMAR (1996), a China, monarquia imperial agrária, passou no início do século XX por diversas revoltas e conflitos que foram mudando e moldando a sociedade, até o surgimento da República Chinesa. Posteriormente, com a criação do Partido Comunista Chinês e a revolução que acarretou a fundação da República Popular da China, em 1949, o país sofre alterações no seu sistema político, almejando maior distribuição de riquezas e o comando do país pelo operariado. Até então, não passava de um país extremamente pobre¹. Sob o comando do ex-líder revolucionário, *Mao Zedong*, falhou a China em promover o desenvolvimento econômico.

Até meados dos anos 1960, a China era um país fechado tanto politicamente quanto para o comércio internacional. Isso se deveu, em parte, pela não consonância com o ideário político da maioria dos países, para garantir independência de sua política externa e para dar segurança ao regime político, e em parte, pela desconfiança nos estrangeiros gerada a partir das coações da “Guerra do Ópio” de 1840.

Já na década de 1970, a China retoma relações diplomáticas e comerciais com mais de 100 países com os quais não tinha mais ligações, demonstrando assim seu desejo de ingressar na ordem mundial vigente. Em 1978, com *Deng Xiaoping* no poder, a China decide

¹ Wladimir Pomar. *China: O dragão do século XXI*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

adotar um amplo programa de reformas idealizado por *Chou En-lai*, conhecido por Quatro Grandes Modernizações: cultural, da agricultura, da defesa e industrial. Aproveitando o impulso dessas modernizações, a China amplia seu espectro de reformas, modificando seu sistema econômico. O país incluiu em seus planos a abertura ao exterior e ao capital externo, de forma planejada. Sem outras fontes de recursos disponíveis, *Deng* sabia que apenas com a concorrência com outros países e com o investimento estrangeiro a China conseguiria sustentar seu regime político, alcançar desenvolvimento social e manter sua soberania.

Segundo OLIVEIRA (1999), as reformas de *Deng Xiaoping* se assentavam sobre três pilares: investimentos estrangeiros, comércio exterior e produção agrícola. O novo sistema adotado foi então chamado de “socialismo chinês” ou “economia socialista de mercado”.²

Após uma década do início da abertura implementada por *Deng*, e ainda sob seu poder, a China já era um país inserido nas relações internacionais e já havia conseguido manter o crescimento de seu PIB, saltando de 362 trilhões de *yuan* em 1978 para 1.854 trilhões de *yuan* em 1990, numa média anual de 9%.³ Seu fluxo de comércio teve incrementos na ordem de US\$ 95 bilhões, passando de US\$ 20 bilhões para US\$ 115 bilhões, no período 1978 - 1989, multiplicando seu valor em mais de cinco vezes.⁴

Em 1989, aconteceram manifestações estudantis contra o regime socialista e a favor de mais liberdades políticas. Este movimento, conhecido como massacre da Praça *Tian'Anmen* (ou Praça da Paz Celestial), foi duramente reprimido pelo Estado. Em retaliação à repressão do Estado chinês, a sociedade internacional, entre críticas, aplicou sanções econômicas que ameaçavam o que havia sido planejado pelos dirigentes do Partido Comunista. A China se viu obrigada, então, a reavaliar suas estratégias de política externa, aprofundando seu processo de abertura e atraindo novamente volumosos capitais estrangeiros para sua economia.

² Carlos Tavares de Oliveira. *Comércio Internacional: China, EUA e Portos*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999, pág. 50.

³ Editorial Nueva Estrella. *China 2003*. Beijing: Editorial Nueva Estrella, 2003, pág. 93.

⁴ *Idem.*, pág. 158.

De acordo com publicação oficial do governo chinês, a partir de seu plano de inserção no mercado internacional na década de 1980 e na ordem liberal na década de 1990, a China conseguiu alavancar seu comércio exterior, de US\$ 115,440 bilhões em 1990 para US\$ 620,770 bilhões em 2002. Seu PIB também cresceu numa média anual de 10%, aumentando 5 vezes e alcançando US\$ 1,4 trilhão em 2003⁵, passando para a posição de sexta economia mundial⁶.

Em 1980, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), onde a legislação foi flexibilizada para atrair capital externo e onde o modelo administrativo é mais parecido com o ocidental. A abertura ganhou também maior força com a incorporação de Hong Kong em 1997 e Macau em 1999. Somente a incorporação de Hong Kong agregou US\$ 145 bilhões à economia chinesa, além da criação do conceito de “um país, dois sistemas”, em que a parte continental da China mantém seu sistema socialista e Hong Kong e Macau mantêm autonomia e o uso do sistema capitalista.

Em 2001, pouco depois dos ataques terroristas em Nova Iorque, a Organização Mundial do Comércio (OMC) aceitou, após vários anos de negociações, a adesão da RPC à organização, fato que foi pouco notado, pois repercutiam com mais força os ataques terroristas. A entrada do país na OMC foi vista como uma demonstração dos seus dirigentes em continuar com programas de reformas e modernizações, além de sinalizar boa vontade para competir em bases mais justas no mercado internacional.

Excertos de OLIVEIRA (2001), nos ensejam a buscar um detalhamento maior das Políticas de Comércio Internacional da RPC: “O crescente estímulo à exportação é outro ponto básico da política econômica chinesa que merece ser seguido pelo Brasil”, demonstrando que o comércio exterior, especialmente as exportações, são destacados no país. E “nas Zonas Econômicas Especiais (...), voltadas para o mercado externo, não há carga tributária nem faltam

⁵ *Ib.*

⁶ Andy Xie. “Behind the Mask: A survey of business in China” In Revista *The Economist*, edição de 20 mar 2004, pág. 3.

financiamentos oficiais para movimentar a produção”⁷; é evidente que a China enfatiza as políticas de comércio exterior como política de Estado para seu desenvolvimento.

Justifica-se a escolha desse período, pois é a partir dos marcos de reestruturação da política de comércio exterior de 1978 e 1990 que observamos arranjos para consolidar a linha política adotada para a área de Comércio Exterior da China.

1.2 OBJETIVO GERAL

Analisar o desenvolvimento econômico da República Popular da China considerando a influência do Comércio Exterior nesse desenvolvimento.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Realizar uma diferenciação teórica dos conceitos macroeconômicos de crescimento e de desenvolvimento;
- b) Detectar mudanças no padrão de vida da população chinesa a partir de 1978, quando das Grandes Modernizações;
- c) Acompanhar a trajetória de fatores como Balança Comercial, PIB e Índice de Desenvolvimento Humano;
- d) Analisar a política econômica, as políticas de desenvolvimento social e as políticas de comércio exterior, dando ênfase às últimas;
- e) Analisar o aumento e o comportamento das exportações e importações;

⁷ Carlos Tavares de Oliveira. *Estados Unidos e China: O Desafio Econômico*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2ª edição, 2001, pág. 143.

- Pesquisa bibliográfica em livros sobre o desenvolvimento da China;
- Artigos técnicos;
- Revistas e periódicos;
- Internet;
- Entrevistas; e
- Pesquisa de campo.

O trabalho é dividido em duas partes, além desta introdução. A primeira é teórica e conceitual, acerca do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, dos índices de desenvolvimento e das políticas de comércio internacional. A segunda parte é descritiva, apresentando um estudo do desenvolvimento chinês no período de 1978 - 2003. Nas conclusões, responderemos às questões formuladas nas hipóteses acima enumeradas.

2. MARCO TEÓRICO

Diferençar crescimento econômico e desenvolvimento econômico é necessário para o presente trabalho para que possamos determinar as influências das políticas de Comércio Exterior na qualidade de vida na China, a partir da idéia de que o crescimento econômico sustentado por vários anos gera desenvolvimento econômico e melhoras na qualidade de vida da população de um país. Tratemos então de quantificar a participação do Comércio Exterior e de suas políticas no caso chinês.

É comum notar uma certa confusão entre os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. Seu entendimento não é pacífico, pois não há definição universalmente aceita. Diversas vezes escutamos ou lemos afirmações em que se usa um termo pelo outro, mesmo nos meios de comunicação mais conceituados. Alguns teóricos admitem ser o crescimento sinônimo de desenvolvimento.

Para contextualizar essas expressões, serão utilizados os conceitos dos manuais de DOBB (1963), MANKIW (2001) e de ROSTOW (1966), e também pensamentos de VALLE (2002) e LEMOS (1999), da corrente evolucionista da economia.

2.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO

De acordo com DOBB (1963), há várias medidas que podem ser adotadas para avaliar o crescimento econômico. Entre elas, a produção industrial total, a produção *per capita*, aumento da produção por trabalhador empregado e o produto nacional⁸, que sabemos incluir agricultura, indústria e serviços. O PIB é geralmente usado para explicar crescimento e desenvolvimento econômico porque ele é o conceito que indica melhor o bem estar econômico de uma sociedade.

⁸ Maurice Dobb. *O Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963, pág. 12.

Segundo MANKIW (2001), o Produto Interno Bruto é o total da renda gerada internamente, incluindo aquela recebida por proprietários estrangeiros de fatores de produção e também o total das despesas em bens e serviços produzidos internamente⁹. O PIB, então, é uma medição de toda a riqueza gerada em um país num determinado período.

MANKIW (1998) explica em sua *Macroeconomia* o modelo de crescimento de SOLOW. Resumidamente, ele analisa o crescimento considerando as seguintes variáveis: poupança, crescimento demográfico e progresso tecnológico e seus efeitos no aumento do PIB. As taxas de poupança são os estoques de capital de determinada economia. Seu aumento gera investimento e incremento na produção e elevado crescimento, até um estágio estacionário de bem estar. Esse estágio estacionário é um equilíbrio econômico de longo prazo, com capital e produto constantes. Ao passar do tempo, a taxa de poupança não é mais capaz de gerar crescimento. Entra, então, o crescimento demográfico, que ajuda a manter as taxas de crescimento econômico, aumenta o número de trabalhadores e afeta na acumulação de capital. Já o progresso tecnológico é a variável da qual depende o aumento da produção por trabalhador. A “Regra de Ouro” é o nível ótimo de cada uma das variáveis que, depende dos objetivos estabelecidos para uma economia. Resumidamente, segundo o modelo de SOLOW, o crescimento econômico depende de três variáveis: poupança, crescimento demográfico e progresso tecnológico.

Completando o entendimento da análise econômica de MANKIW (2001), vemos que o crescimento econômico é o aumento da produção de bens físicos e de serviços, e da geração de riqueza em um país, num espaço curto de tempo. Em poucas palavras, crescimento econômico é a variação positiva do PIB no período de um ano.

2.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

⁹ N. Gregory Mankiw. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, Tradução da 2ª edição, 2001, págs. 126 e 143.

O desenvolvimento econômico é, portanto o crescimento econômico continuado. MANKIWI (2001) afirma também em sua Introdução à Economia que o PIB real cresce ao longo do tempo, e que o “crescimento continuado do PIB permite aos cidadãos de um país desfrutar de maior prosperidade econômica que seus pais ou seus avós”.¹⁰ No entanto, o autor admite que o PIB não é capaz de medir certos aspectos que influem na qualidade de vida de determinada população, tais como lazer, atividades que se dão fora dos mercados, trabalhos voluntários, qualidade do meio ambiente, etc. Também não nos dizem nada os números do PIB sobre a distribuição de renda em um país. Todos esses aspectos contribuem para a qualidade de vida, mas não podem ser quantificados na conta do PIB. Dessa forma, para completar essa pesquisa, mais adiante, serão analisados dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), que acompanha a evolução qualitativa da saúde, do nível educacional e da renda *per capita*.

Ainda tratando do desenvolvimento econômico, ROSTOW (1966) enquadra as sociedades em cinco categorias, numa seqüência. A saber: “a sociedade tradicional, as condições para a arrancada, a arrancada, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa”.¹¹ Todas elas têm sua lógica e são baseadas na teoria dinâmica da produção, levando-se em conta e somando-se “variáveis dinâmicas como população, tecnologia, iniciativa, etc.”.

A primeira das etapas do crescimento econômico descritas pelo autor é a da *Sociedade Tradicional*. Essa sociedade é aquela de modelo pré-newtoniano de produção, sem uma sistematização, com ciência e tecnologia atrasadas e um limite máximo de produção, justamente por ser desprovida de métodos e tecnologias mais avançados¹². Nessa sociedade, “a gama de possibilidades abertas para os netos da gente seria a mesma que existira para nossos

¹⁰ N. Gregory Mankiw. *Op. cit.*, 2001, pág. 504.

¹¹ W. W. Rostow. *Etapas do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1966, pág. 14.

¹² *Idem.*, pág. 15.

avós”, ou seja, havia pouco desenvolvimento econômico, social e de valores. A China se enquadrava nesse tipo de sociedade à época de suas dinastias.

A segunda etapa do crescimento econômico, chamada de *Precondições para a Arrancada* é um processo de transição da sociedade tradicional, agrícola, para a moderna, industrial. Ele aparece inicialmente na Europa, pouco antes da Revolução Industrial, entre os séculos XVII e XVIII. Inclui uma pequena modernização da sociedade tradicional e um avanço técnico. Indica um amadurecimento na economia e propicia uma arrancada, numa etapa posterior, na qual predominam indústria, telecomunicações e comércio de bens e serviços¹³. Aí coincidem MANKIW (2001) e ROSTOW (1966), quando dizem que a taxa de investimento alta em relação ao crescimento demográfico é preponderante para o crescimento econômico. A guerra pode ser outro fator desencadeador dessa transição, pois força a um progresso tecnológico.

A *Arrancada* é a terceira etapa do crescimento econômico. É “o intervalo decisivo da história de uma sociedade em que o desenvolvimento passa a ser sua condição normal”.¹⁴ A arrancada pode ter um estímulo gerador, como uma revolução política, exemplifica ROSTOW (1966). A preparação da etapa anterior se transforma numa “reação positiva, prolongada e suscetível de fortalecer-se a si mesma” ante o estímulo gerador. O nível de investimento na economia, o desenvolvimento elevado de um ou mais setores manufatureiros e a existência de arcabouço político, social e institucional são as condições que o autor assinala como as mais necessárias para esta etapa. Segundo ele, o investimento deveria passar de 5% para 10%, em relação à renda nacional, pois é essa taxa que supera o crescimento demográfico. O desenvolvimento dos setores manufatureiros é a própria industrialização. Os arcabouços político, social e institucional demonstram a capacidade de um país em receber capitais externos e gerenciá-los. Explica ainda que a disponibilidade de recursos financeiros, a existência de atividades bem sucedidas na sociedade e setores líderes da arrancada são os vetores que tocam a

¹³ *Idem.*, pág. 30.

¹⁴ *Idem.*, pág. 48.

economia para sua arrancada. Também na esteira da arrancada, como mais adiante discutiremos, o consumo como evidência do crescimento econômico.

A *Marcha para a Maturidade* é a fase que se segue à arrancada de uma economia. Ela é caracterizada como aquele “período em que a sociedade aplicou eficazmente todos os recursos da tecnologia moderna (da época) e o grosso dos seus recursos”.¹⁵ A marcha para a maturidade tem uma indústria diferenciada e setores líderes ultrapassando os da etapa de arrancada. Essa indústria ou esses setores industriais, no entanto, foram originados e são baseados nos avanços da indústria ou setor que nasceu na etapa da arrancada. A indústria da marcha para a maturidade é um “refinamento” daquela da fase anterior e contém seus avanços tecnológicos. ROSTOW (1966) cita os setores siderúrgico, naval, elétrico e químico como exemplos de setores líderes da marcha para a maturidade, contrapondo-os ao carvoeiro, férreo e de engenharia pesada da etapa de arrancada.

A *Era do Consumo em Massa* é, segundo ROSTOW (1966), a última etapa do desenvolvimento econômico. É nela que se verifica o amadurecimento da economia do país, satisfazendo o bem-estar da população.¹⁶ Esse bem-estar pode ser ampliado, na acepção de Rostow, em três direções, utilizando-se dos recursos excedentes. Seriam elas: a busca nacional de poderio e influência no exterior, o Estado do Bem Estar Social e a expansão dos níveis de consumo para além de necessidades básicas. As sociedades que têm essa possibilidade de fazer escolhas entre uma ou outra das três direções citadas chegaram a um equilíbrio exclusivamente seu por causa da maturidade tecnológica. O autor cita Estados Unidos e Europa, a partir do início do século XX para exemplificar o direcionamento que as sociedades que já atingiram sua maturidade podem escolher. A diferença de escolha entre os dois, norte-americanos e europeus, é que, enquanto os americanos se decidiram por aumentar sua influência externa, os europeus investiram no Estado do Bem-Estar Social, amenizando os sofrimentos de uma sociedade industrializada.

¹⁵ *Idem.*, pág. 74.

¹⁶ *Idem.*, pág. 89.

Acreditamos que a RPC vem buscando equilibrar aspectos desses direcionamentos, principalmente na expansão do consumo em massa, e no seu fortalecimento no cenário internacional, para ter uma distribuição de renda mais equitativa e melhor qualidade de vida.

Observa-se que a sociedade atual é a da informação, mas a China ainda passa por processo de industrialização e tem muita mão-de-obra a empregar. A agricultura é intensiva em mão-de-obra e muitas de suas fábricas ainda o são. Segundo XIE (2004), estima-se que a China tenha mão-de-obra de aproximadamente 750 milhões de pessoas, maior que a soma da dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).¹⁷ Embora ROSTOW (1966) se refira ao país para afirmar que sua etapa de arrancada aconteceu após a instalação do comunismo no país, a partir de 1952, o período compreendido entre a criação da RPC e 1979 serviu mais como preparação, ou seja, como etapa de Precondições para a Arrancada. Mas acreditamos que a sociedade chinesa, considerando as concepções de ROSTOW (1966), se encontra, a partir de 1979, na etapa de Arrancada, chegando posteriormente a atingir elevado desenvolvimento para alguns setores, como o espacial, de engenharia e setores produtivos. Constata-se que não é possível apontar, atualmente, um grau de desenvolvimento homogêneo para toda a RPC, pois, há, comprovadamente, regiões do país que estão mais atrasadas e outras se mostram mais aprimoradas, como analisaremos posteriormente. Isso não poderia ser considerado à época, pois ROSTOW o afirmara em 1966, ou seja, antes das Modernizações Chinesas. Não é possível apontar um grau de desenvolvimento homogêneo para todo o país.

ROSTOW (1966) questiona em suas Etapas do Desenvolvimento Econômico que escolhas o Estado deve fazer ao passar da sociedade tradicional para a categoria mais moderna, ou seja, ao ascender a um melhor nível de desenvolvimento econômico.

“Quando é alcançado o status de nação moderna e independente, qual o destino a dar às energias nacionais: agressão externa para reparar erros antigos ou para

¹⁷ Andy Xie. *Op. cit.*, pág. 2.

explorar possibilidades recém-criadas ou recém-percebidas de aumento do poder nacional; coroamento e consolidação da vitória política do novo governo nacional sobre primitivos interesses regionais; ou modernização da economia?”.¹⁸

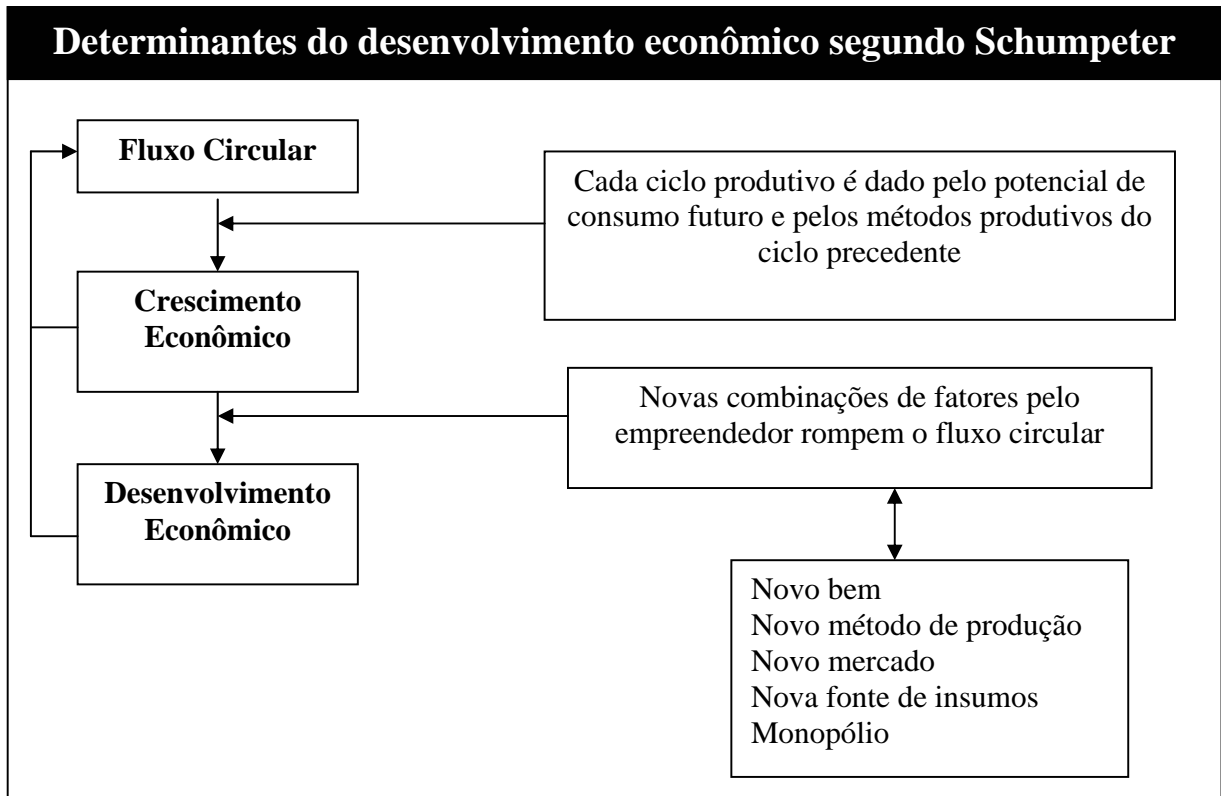
Desse modo, seguindo o descrito acima, poder-se-ia dizer que as Quatro Grandes Modernizações e a decisão pela abertura econômica foram o momento em que a República Popular da China alcançou um estágio de desenvolvimento mais avançado.

2.3 TEORIA EVOLUCIONISTA

DOBB (1963) cita também KEYNES, o qual, ao explicar a diferença entre a economia antes e depois do surgimento do capitalismo, diz que o lento ritmo ou a falta do progresso das sociedades agrícolas “devia-se a duas razões – à notável ausência de aperfeiçoamentos técnicos importantes e à impossibilidade de acumular capital”.

Para SCHUMPETER (1968), uma economia sem desenvolvimento gera lucros normais e nesse tipo de economia não há inovação tecnológica. Há aí, nessa economia, um equilíbrio, e o crescimento se dá no mesmo ritmo que o crescimento populacional. O dinheiro arrecadado com a venda de produtos financia a produção de novos produtos. Sendo assim, no caso de uma economia sem desenvolvimento, não existe a necessidade de investimentos ou de créditos, contrariando a idéia defendida pelo autor, de que o crédito bancário é essencial às inovações, e estas ao desenvolvimento. O autor chama esse ciclo de fluxo circular. Nesse caso, segundo SOUZA (1997), as mudanças são marginais e provocadas pelo crescimento demográfico, constituindo um processo de adaptação, e não de desenvolvimento.

¹⁸ W. W. Rostow. *Op. cit.*, pág. 26.



Fonte: SOARES (2004), pág. 65.

Segundo SCHUMPETER (1968), a busca por lucro das empresas é o que as motiva a trabalhar. O autor afirma que a economia cresce na medida em que novos produtos são lançados e inovações na produção são geradas. Essas inovações de produtos e processos de produção somente são possíveis graças ao empresário inovador e ao crédito bancário oferecido a esse tipo de empresário. Afirma SCHUMPETER (1968) também que o que mantém a “máquina capitalista” são, além dos já citados novos produtos e métodos de produção, os novos métodos de transporte, novos mercados e novas formas de organização industrial.

O empresário inovador inventa produtos novos e descobre novas tecnologias para produzir mais e com menos custos. Sempre haverá demanda para esses produtos e as empresas dinâmicas são aquelas que desenvolvem novos produtos e reduzem custos, pois os consumidores são levados a consumir os novos produtos que são lançados no mercado.

Ainda sobre desenvolvimento, SCHUMPETER (1968) descreve a “destruição criadora”, ou seja, o aparecimento de novos produtos ou novos processos de produção num meio

não concorrencial implica que as empresas antigas e seus processos ou são substituídos totalmente ou passam a ter que buscar métodos mais eficientes e lucrativos, descartando os fatores e padrões utilizados anteriormente, de maneira irreversível. O desenvolvimento advém de mudanças na combinação dos fatores de produção e o lucro é gerador de novos investimentos. Estes investimentos, é claro, visam à obtenção de mais lucro. A inovação e os investimentos em aperfeiçoamento da produção são mandatórios para as empresas que desejem continuar atuando no mercado concorrencial. Vivencia-se assim, um processo incessante de adaptação.

SCHUMPETER (1968) afirma que um processo de *transformação qualitativa* como a abertura de novos mercados ou como a mudança de oficinas de artesanato para manufaturas e posteriormente, indústria, ilustram um processo que “*revolucionna incessantemente la estructura económica desde dentro, destruyendo ininterrumpidamente lo antiguo y creando continuamente elementos nuevos. Este proceso de destrucción creadora constituye el dato de hecho esencial del capitalismo*”.^{19, 20}

Para levar a cabo a inovação e o aperfeiçoamento nas empresas, no entanto, é necessário haver a figura do empresário inovador. O empresário não precisa ser o dono da empresa. Contudo, é ele quem reúne e aplica na prática as condições necessárias para a inovação, como contratar inventores e cientistas e angariar capitais, utilizando-os em seu empreendimento e para isso lançando mão de sua iniciativa e de sua liderança.

De acordo com a teoria evolucionista, desenvolvida a partir da década de 1970, a tríade de fatores de produção (capital, mão-de-obra e recursos naturais) não abarca mais os únicos fatores que asseguram o progresso de uma nação. Além desses fatores, o conhecimento e a inovação são hoje preponderantes para o desenvolvimento. Sem o conhecimento não é possível

¹⁹ Joseph A. Schumpeter. *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. Madrid, Espanha: Aguilar S.A. de Ediciones, 1968, pág.121.

²⁰ “Revoluciona incessantemente a estrutura econômica de fora para dentro, destruindo ininterrumpidamente o antigo e criando continuamente elementos novos. Este processo de *destruição criadora* constitui o dado de fato essencial do capitalismo” (Tradução livre do autor)

utilizar a tríade dos fatores de produção de forma a ganhar competitividade. Somente ter conhecimento também não basta; a inovação é a aplicação desse conhecimento na prática, e gera novos produtos e novos processos. O evolucionismo estuda a economia sob a lente do progresso técnico, expresso pelas inovações. Segundo FRANSMAN, “na abordagem evolucionista a firma é tida como um repositório de conhecimentos, que possam ser empregados na atividade inovativa, conformando suas condições de competitividade”.²¹

De acordo com LEMOS (1999), “a capacidade de gerar e absorver inovações vem sendo considerada mais do que nunca, crucial para que um agente econômico se torne competitivo”. O aprendizado, ou interação de pessoas entre si e agentes econômicos e sociais, é a chave para o processo de inovação. LEMOS (1999) também analisa SCHUMPETER (1982) e descreve dois tipos de inovação: a radical e a incremental. A inovação radical é a introdução de um novo produto ou novo processo de produção. “Este tipo de inovações pode representar uma ruptura estrutural com o padrão tecnológico anterior, originando novas indústrias, setores, mercados”. Essas inovações, segundo a autora, impulsionaram a formação de padrões de investimento. A inovação incremental se refere àquela que introduz melhorias em um produto ou no processo de produção, sem alterar a estrutura industrial.

Afirma LEMOS (1999) que o processo inovativo “se caracteriza por ser descontínuo e irregular, com concentração de surtos de inovação, os quais vão influenciar diferentemente os diversos setores da economia em determinados períodos”. Mas também, as inovações têm caráter cumulativo visto que uma empresa muda influenciada pelas tendências inovativas disponíveis naquele momento.

“Desde o pós-guerra, vem se reconhecendo, paulatinamente, que a produtividade e competitividade dos agentes econômicos depende cada vez mais da capacidade de lidar eficazmente com a informação para transformá-la em conhecimento (...) apontou-se para uma tendência de aumento da importância dos recursos intangíveis da economia – particularmente nas formas de educação e

²¹ M. Fransman. *Information, knowledge, vision and theories of the firm*. Apud VALLE, 2002, *op. cit.*, pág. 10

treinamento da força de trabalho e do conhecimento adquirido com investimento em pesquisa e desenvolvimento”.²²

LEMOS (1999) aborda a facilidade e decrescente custo das comunicações, características do processo de globalização. Para a autora, essas características certamente facilitaram o compartilhamento de informação e difusão de tecnologias, mas ela afirma que alguns autores ainda tomam o conhecimento como peça central desse processo.

A tecnologia apresenta-se então como a concretização do acúmulo de informações e da capacidade de inovar. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento viabilizam a descoberta de novos agentes e a invenção de novas tecnologias.

Desse modo, podemos relacionar o processo inovativo e as novas tecnologias às novas combinações de fatores, da abordagem de SCHUMPETER, remetendo esses dados às etapas do desenvolvimento econômico explicadas por ROSTOW.

Após a análise dos autores citados, tomaremos o desenvolvimento econômico como o crescimento contínuo que tem crescimento econômico maior do que o demográfico e implica em mudança estrutural e melhora dos índices econômicos e sociais, beneficiando a economia e o conjunto da população como um todo.

Ora, sintetizando as considerações de MANKIW (2001) e ROSTOW (1966), o desenvolvimento econômico é alcançado quando o país é capaz de exercer todo o seu potencial econômico, utilizando suas capacidades industriais e tecnológicas, levando ao desenvolvimento social ou humano. O desenvolvimento humano se dá no meio em que as pessoas podem se desenvolver e levar uma vida produtiva, considerando seus interesses e necessidades, e mantendo seus padrões de vida e a vida em sociedade. Podemos agregar também as contribuições da teoria evolucionista, segundo a qual o desenvolvimento econômico se dá através da inovação e do crédito. Para SCHUMPETER (1982), o desenvolvimento econômico é “uma perturbação do

²² Cristina Lemos. “Inovação na Era do Conhecimento” In Revista Ciência, Tecnologia & Sociedade. Rio de Janeiro: Campus, 1999, pág. 162.

equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”.²³ Podemos comparar essa afirmação com o estágio estacionário de equilíbrio a longo prazo a que se refere MANKIW (2001), para explicar o momento que antecede o crescimento econômico, momento este classificado como etapa de arrancada por ROSTOW (1966).

2.4 IDH E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Como afirmou MANKIW (2001), o PIB não é um fator capaz de mensurar nem detectar todos os elementos que influem na qualidade de vida. Para dar mais sustentação ao presente trabalho, propomos também utilizar o Índice de Desenvolvimento Humano aferido pela ONU para brevemente evidenciar o desenvolvimento econômico da China.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador que mede o nível de desenvolvimento dos indicadores sociais, através do cômputo de dados de educação (taxa de alfabetização de adultos e matriculados no sistema educacional), renda (PIB *per capita* municipalizado) e expectativa de vida desde o nascimento. Ele é publicado num relatório preparado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), agência especializada da ONU desde 1990. Seu objetivo é pôr as pessoas no centro da discussão sobre desenvolvimento, é centrar o debate nos benefícios proporcionados às populações pelo desenvolvimento econômico, pelas políticas voltadas às pessoas.

Não obstante, o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1996 demonstra que não há relação direta entre o crescimento econômico e o desenvolvimento humano. O Relatório afirma que o crescimento é necessário, mas que mais atenção deve ser dada à estrutura e à qualidade desse crescimento, para que ele seja dirigido e apóie o desenvolvimento social, promovendo a redução da pobreza, protegendo o meio ambiente e assegurando a sustentabilidade.

²³ Joseph A. Schumpeter. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, *Apud* SOUZA, pág. 175.

A metodologia utilizada pelo IDH consiste em, a partir do cômputo de dados e resultados de cálculos matemáticos, graduar países com “notas” que variam de 0,0, para país com grau mínimo de desenvolvimento humano a 1,0, para país com grau máximo de desenvolvimento humano. A partir dessa nota, é possível diferenciar os países em países de desenvolvimento humano baixo, de 0,0 a 0,499; países de desenvolvimento humano médio, de 0,5 a 0,799; e países de desenvolvimento humano alto, de 0,8 a 1,0.

Analisando o Relatório IDH de 2003, a primeira constatação é de que a China se encontra na 104^a posição do *ranking*, com nota 0,721, sendo classificada como um país de desenvolvimento humano médio. Ela tem uma expectativa de vida de 70,4 anos, taxa de alfabetização adulta de 85,8% (indivíduos com idade acima de 15 anos), taxa de matriculados em idade escolar de 64% e renda *per capita* em termos de Paridade do Poder de Compra (PPC) de US\$ 4.020.

Também podemos retirar do RDH de 2003 que o desenvolvimento humano é desigual de região para região. É claro que num mesmo país, qualquer que seja esse país, é raro ver um desenvolvimento econômico ou social uniforme em todas as cidades, municípios ou localidades, pois eles têm características próprias, recursos naturais e peculiaridades que os distinguem uns dos outros. Mas a diferença entre o desenvolvimento de uma região e outra dentro de um mesmo país diminui à medida que os índices de desenvolvimento econômico e humano alcançados se aproximam do mínimo ou do máximo. Nas extremidades do *ranking* de IDH de 2003, encontramos como país mais desenvolvido a Noruega, com índice de 0,944, e como menos desenvolvido, na 175^a posição, Serra Leoa, com índice de 0,275. Deduzimos que boa parte ou a maioria das regiões da Noruega tem altos índices de desenvolvimento humano, enquanto os índices da Serra Leoa são baixos.

Na China não acontece de forma diferente. De acordo com o RDH 2003 e com a figura 1 (ver anexo 1), a China teve progresso rápido, mas concentrado em sua região costeira. Seu PIB ficou ao longo dos anos concentrado nessa região (ver anexo 2) e isso se reflete também nas exportações do país (ver anexo 3). O relatório afirma que as disparidades são grandes entre a costa e o interior do país, tanto econômica quanto socialmente. Essa afirmação também é válida nas comparações entre zona urbana e zona rural.

Segundo o RDH 2003, a região costeira da RPC obteve entre 1978 e 1988 aumentos de 11% por ano em sua renda *per capita*. “*Ignoring inflation, that means that \$100 in 1978 would have jumped to \$800 just 20 years later*”.²⁴ O relatório afirma também que a partir dos anos 1990, o crescimento médio das zonas costeiras da China foi de 13% ao ano, cinco vezes maior que na região noroeste do país, localizada longe do comércio da costa.

O interior da RPC é um bolsão de pobreza, pois é uma região distante dos portos, tem infra-estrutura mais pobre e condições biofísicas mais inóspitas do que a região costeira, a qual desfruta do crescimento sustentado mais rápido registrado. O RDH 2003 afirma finalmente: “*the wealth of coastal areas – with their large ports and harbour cities – owes much to exports*”.²⁵

2.5 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Serão apresentadas a seguir as políticas de Comércio Internacional propriamente ditas, para que possamos identificar posteriormente quais delas foram utilizadas na China.

O manual de Economia Internacional de KRUGMAN e OBSTFELD (2001) nos diz que políticas de comércio internacional são aquelas que envolvem diversas atitudes diferentes adotadas pelos governos em relação ao comércio efetuado pelos indivíduos e empresas de determinados países com outros países.²⁶ Segundo os autores, as políticas de comércio são: *as*

²⁴ “Ignorando a inflação, isso significa que \$100 em 1978 teriam saltado para \$800 apenas 20 anos depois”. (Tradução livre do autor). *Human Development Report* 2003. Disponível em <http://hdr.undp.org> - acesso em 28 fev 2004, pág. 62.

²⁵ “A riqueza das áreas costeiras – com seus grandes portos e cidades atracadouros – deve muito às exportações”. (Tradução livre do autor). *Human Development Report*, *ibidem*, pág. 62.

²⁶ Paul R. Krugman; Maurice Obstfeld. *Economia Internacional- Teoria e Política*. São Paulo: Makron Books, 5ª edição, 2001, pág. 193.

tarifas, os subsídios às exportações, as cotas de importações, as restrições voluntárias às exportações, os requisitos locais e outras barreiras não tarifárias.

Entende-se por tarifa um imposto para a entrada de bens em um país, ou seja, um imposto para a importação de produtos. As tarifas são a política de comércio exterior mais antiga. Elas servem como proteção de alguns setores da economia de uma nação e servem também de renda para seu governo. Existem dois tipos de tarifa: a tarifa específica e a tarifa *ad valorem*. A tarifa específica é aquela cobrada por unidade de bem importado. A tarifa *ad valorem* é aquela cobrada sobre o valor dos bens importados. Após a criação da OMC e dos movimentos de flexibilização, abertura e liberalização dos mercados, o uso de tarifas tem sido decrescente, sendo substituído por outros tipos de barreiras. A tarifa de importação representa um custo a mais para a comercialização de um bem importado. Portanto, se um bem importado tem seus custos elevados pela tarifa a um ponto que ele custe mais caro que o bem nacional, ele levará desvantagem na concorrência. Isso leva à diminuição da importação desse produto, pois por ter um preço mais elevado que o dos similares nacionais, tem sua demanda diminuída. Assim, os governos podem proteger a indústria e a produção de seus países aplicando uma tarifa, desestimulando a importação de produtos.

Subsídio às exportações é o pagamento que um governo oferece aos produtores ou à indústria nacional para o embarque de mercadorias para o exterior. É um incentivo à exportação e outra forma de proteger a indústria e produção nacionais. O subsídio pode ser específico ou *ad valorem*, como as tarifas. Segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001), “os efeitos de um subsídio à exportação sobre os preços são exatamente o inverso dos da tarifa” e “no país exportador, os consumidores são prejudicados, os produtores ganham, e o governo perde porque deve gastar dinheiro com o subsídio”.²⁷ O consumidor perde nesse caso porque com o incentivo à exportação, o produtor se sente mais interessado em vender para o exterior, baixando a oferta interna e fazendo com que os preços subam. O maior beneficiado então com uma política como essa é o produtor, mas o interesse governamental para se manter essa política é proteger a indústria ou produção nacional, além dos benefícios de manter o nível de emprego, geração de

²⁷ *Idem.*, pág. 204

renda, distribuição de riqueza, etc. Um exemplo muito conhecido de aplicação da política de subsídio é o da Política Agrícola Comum da União Européia, que evita a entrada de produtos agrícolas de outras regiões em seus países membros e favorece os fazendeiros locais.

Ainda segundo KRUGMAN e OBSTFELD (2001), chama-se cota de importação a restrição direta à entrada de um determinado bem em um país. O uso dessa política geralmente se dá pela emissão de licenças para empresas ou indivíduos importarem quantidades limitadas de determinados produtos, dos quais a importação quer ser evitada pelo governo. A limitação da importação torna a disponibilidade do produto menor internamente, tornando-o mais escasso. Dessa forma, seu preço aumenta, tendo um efeito parecido com o das tarifas, exceto pela arrecadação de receitas pelo governo. Novamente, o consumidor terá de dispendir uma quantia maior para comprar o bem, sendo beneficiado neste caso o detentor da licença de importação.

Restrição voluntária à exportação é uma variação da política de cotas de importação. Conhecida também como acordo de restrição voluntária, ela é uma política de comércio exterior adotada pelo país exportador a pedido do importador, para que se evitem outras medidas de restrição do comércio. A restrição voluntária tem efeitos semelhantes aos das cotas de importação, de forma inversa, já que quem restringe o comércio é o próprio exportador.

Outra política de comércio internacional explicada por KRUGMAN e OBSTFELD (2001) é a necessidade de requisitos locais. Trata-se de uma exigência governamental de que uma porcentagem de determinados produtos seja fabricada nacionalmente. Essa política garante aos produtores locais a mesma proteção que as cotas de importação. Para os consumidores locais, essa política permite comprar quantidades maiores, já que o preço final do produto será um combinado do preço local (mais elevado) e do preço do produto importado (mais reduzido).

Os autores citam outras três políticas de comércio internacional. A saber: *subsídio de crédito à exportação*, *aquisição nacional de bens* e *barreiras burocráticas*. O subsídio de crédito à exportação é um empréstimo subsidiado ao comprador estrangeiro dos bens nacionais. A aquisição nacional de bens é a política em que as compras governamentais ou de empresas estatais são limitadas aos produtos nacionais. Já as barreiras burocráticas são as

regulações governamentais que limitam o comércio. São exemplos de barreiras burocráticas as exigências fito-sanitárias, requisitos de segurança, certificações e outros requisitos alfandegários. MAIA (2003) afirma que “um país pode controlar a importação e a exportação, mediante emissão de licenças”.²⁸

Segundo estudos de LABATUT (1994), compõem ainda as políticas de comércio internacional o *estabelecimento de contingentes, os controles monetários, os incentivos fiscais, a política de substituição das importações e a política comercial disfarçada*.

O estabelecimento de contingentes é, segundo LABATUT (1994), a determinação de uma quota de importação pelo governo para complementação da produção nacional. A licença de importação neste caso se dá no ato de compra ou no compromisso de compra de produtos nacionais pelo importador.

Modificar o preço da taxa de câmbio, valorizando ou desvalorizando a moeda nacional, ou seja, fazer controle monetário, é outra política de comércio internacional adotada por alguns países. Ao optar por controles monetários, um governo altera o preço das importações ou as impede. Esta política tem ultimamente caído em desuso, pois pode gerar um descompasso da economia do país com o mercado financeiro global, espantando os investimentos estrangeiros e desorganizando sua economia. MAIA (2003) chama o estabelecimento de duas ou mais taxas de câmbio para controlar a importação de *taxas múltiplas de câmbio*.

A concessão de benefícios ou incentivos fiscais compensa a desvantagem técnica dos países em desenvolvimento, dando a eles condições de competir em melhores termos no mercado internacional. Incentivos fiscais atraem os investimentos em produção, pois desoneram os produtos de exportação. De acordo com LABATUT (1994), alguns países desenvolvidos combatem os incentivos fiscais, equiparando-os aos subsídios às exportações.

²⁸ Jayme de Mariz Maia. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. São Paulo: Editora Atlas, 8ª edição, 2003, pág. 181.

A política de substituição das importações foi muito utilizada no século XX e visa a substituir os produtos importados, produzindo todos os produtos possíveis internamente, buscando obter eficiência e qualidade dos padrões internacionais. Segundo LABATUT (1994), essa é uma medida que protege a indústria nascente e é de importância fundamental nos países em desenvolvimento. No entanto, ela não deve restringir a importação de equipamentos e serviços, produtos com alto valor tecnológico, pois estes são necessários à produção.

Ainda segundo LABATUT (1994), existe a política comercial disfarçada. Ela é todo aquele impedimento de ordem não-tarifária e utiliza-se de normas administrativas e sanitárias. A política comercial disfarçada compreende a regulamentação aduaneira, normas técnicas e sanitárias, normas antidumping, políticas de transportes, políticas de abastecimento, encargos, crédito de exportação, ajustes tributários nas fronteiras, subsídios internos e tributação.

Verificamos outra política de comércio internacional, o *dumping*, que é, segundo SOARES (2004), a venda de bens no mercado externo com o preço abaixo daquele praticado no mercado interno, sem abatimento total dos lucros, visando inserir esses produtos num mercado monopolista. É considerada uma prática desleal no comércio internacional, apesar de gerar um volume maior de bens negociados. Segundo MAIA (2003), “o objetivo é destruir o concorrente e ficar dono do mercado”.

Esses tipos de política têm hoje em dia seu uso muito restringido pela vigência de acordos internacionais como os do âmbito da OMC, à qual aderiu a maior parte dos países, inclusive a China.

MAIA (2003) explica que por causa dos trabalhos empreendidos pelo GATT e pela OMC, houve redução das barreiras alfandegárias, mas que no entanto, os países encontraram uma forma de proteger seus mercados pela imposição de barreiras técnicas e as exemplifica como barreiras ecológicas, barreiras burocráticas, barreiras sanitárias, barreiras contra drogas e *dumping* social, entre outras.

3. CONFORTO PROPORCIONADO PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO

3.1 METAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Segundo SOUZA (1997):

“Apesar de a iniciativa privada ser a principal responsável pelo crescimento econômico, o Estado continua tendo papel essencial na organização do esforço de desenvolvimento, na regulação do crédito, na implantação da infra-estrutura econômica básica e, sobretudo, em relação às áreas que mais lhe compete, como saúde, educação, segurança, transportes, etc., aumentando a oferta desses serviços sociais básicos à população, a fim de melhorar os indicadores de desenvolvimento”.²⁹

Apesar de ter deixado de lado a centralização do planejamento da economia, de estilo soviético, o governo chinês costuma estabelecer metas para seu desenvolvimento freqüentemente, tanto para seu desenvolvimento social quanto para o econômico. Basta lembrarmos as metas das quatro Grandes Modernizações de *Deng Xiaoping*, as metas da Estratégia de 1987 e a reavaliação da política internacional em 1989.

Muito das reformas de *Deng* foi uma maneira de sair do atraso de décadas perdidas após 1949. Acreditava-se que era necessário que o desenvolvimento econômico garantisse um padrão de vida mais elevado para a população. As quatro Grandes Modernizações priorizaram a produção e a produtividade, e compreendiam a modernização industrial, a modernização da agricultura, a modernização da defesa e a modernização cultural. Uma modernização era dependente da outra, necessitando a industrial da cultural (reforma educacional

²⁹ Nali de Jesus de Souza. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Atlas, 3ª edição, 1997, pág. 26.

ai se incluía), a modernização da defesa da industrial e assim por diante. Os investimentos estrangeiros foram permitidos no campo e nas indústrias. Recordamos a teoria evolucionista, que afirma justamente que somente capital, mão-de-obra e recursos naturais não são os únicos fatores garantidores do desenvolvimento; deve-se atentar para o conhecimento e a inovação. As reformas chinesas parecem ter levado esses fatores em conta, inovando e agregando conhecimento nas políticas aplicadas às áreas contempladas pelas reformas do governo.

RODRIK (2002) afirma que:

“É possível conceber uma florescente economia *socialista* de mercado (...). Porém, todas as prósperas economias de hoje foram erigidas com base na propriedade privada (...) O empresário só é incentivado a acumular e inovar se tiver o *controle* adequado do retorno dos ativos produzidos ou aprimorados. Note-se que a palavra-chave aqui é ‘controle’ e não ‘propriedade’. Os direitos formais de propriedade pouco hão de significar se não conferirem os de controle. Por isso, um direito de controle suficientemente forte é capaz de funcionar de modo apropriado mesmo na ausência de direitos formais de propriedade”.

Isso nos remete novamente ao papel fundamental que o empresário tem no desenvolvimento da economia, na concepção de SCHUMPETER (1968). RODRIK (2002) continua:

“A Rússia atual representa um caso em que os acionistas, embora tenham o direito de propriedade, geralmente carecem do controle efetivo das empresas. As empresas dos vilarejos e aldeias (EVA) da China são um exemplo em que o direito de controle impulsionou a atividade empresarial apesar da ausência de direitos de propriedade definidos”.³⁰

³⁰ Dani Rodrik. “Estratégias de desenvolvimento para o novo século” In ARBIX, Glauco *et alii*. *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, pág. 54.

Segundo OLIVEIRA (1999), *Deng* considerou a educação a “causa fundamental da nação” e afirmou que “a alimentação de talentos na ciência e tecnologia começa na educação”, viabilizando o sucesso obtido na área econômica. O autor afirma que o número de analfabetos foi reduzido para 16% (como havíamos visto na análise do IDH) e que até o ano 2000, estaria eliminado o analfabetismo para as pessoas de “pequena e média idade”, em idade escolar. Em 1998, segundo dados apresentados pelo autor, 98,7% das crianças, ou mais de 140 milhões de pessoas, estavam matriculadas nos seis primeiros anos iniciais da escola primária.³¹

No âmbito das modernizações, houve uma reforma da economia, executada também de modo planejado e metódico. Para concentrar os estímulos para o crescimento, *Deng* criou cinco Zonas Econômicas voltadas para o mercado externo: *Xiamen, Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Hainan*, onde, além da infra-estrutura adequada à produção e ao escoamento, necessários ao esforço exportador, os investimentos estrangeiros têm isenção total de impostos num período de cinco anos.

De acordo com dados oficiais da publicação do EDITORIAL NUEVA ESTRELLA (2003), a China idealizou em 1987 uma nova estratégia para desenvolvimento, a que chamaram de “Estratégia dos três passos”. Esses três passos eram:

- 1) duplicar o Produto Nacional Bruto do país, com base no PNB de 1980 e resolver o problema da alimentação e vestimentas do povo até o fim dos anos 1980;
- 2) quadruplicar o PNB e permitir ao povo ter conforto razoável até o fim do século XX; e
- 3) modernizar o país e elevar seu PNB *per capita* até o nível de países desenvolvidos até meados do século XXI. O governo chinês afirma que os dois primeiros passos foram completados. XIE (2004) afirma que há previsões de que

³¹ Carlos Tavares de Oliveira. *Op. cit.*, 1999, págs. 15 e 16.

até 2040, a China tomará o posto dos Estados Unidos como a maior economia mundial.

Lembramos a repercussão negativa dos massacres da Praça da Paz Celestial em 1989 e as sanções impostas à China como consequência desses acontecimentos. A direção do Partido Comunista Chinês se viu obrigada a mais uma vez mudar os rumos de sua abertura, para minimizar os efeitos daquelas sanções. Para preservar seu regime político e compensar-se pelos estragos causados à sua imagem, a China optou por manter sua estabilidade econômica e avançar ainda mais com sua inserção no mercado internacional, o qual via dia após dia, a aceleração da globalização.

OLIVEIRA (2001) cita documento do governo chinês (do Escritório Central de Estatística da RPC, de 1994) que assinala que o povo chinês decidiu “manter a conjuntura, aprofundar a reforma, ampliar a abertura, impulsionar o desenvolvimento e assegurar a estabilidade”.

Em 2001, após 15 anos de negociações, a OMC aceitou a adesão da China à organização. A entrada do país na OMC refletirá em seu sistema legal, governamental e principalmente nas relações econômicas com outros países, aprofundando a abertura iniciada em 1978. De acordo com WINELAND (2004), “*In conjunction with China’s WTO entry in 2001, the country reorganized its standards and testing systems*” e continua: “(...) *China’s Standard system is still in transition, and China will add new products to the CCC mark list and draft new standards*”.³²

Veremos adiante que essas modificações na condução da economia chinesa e no ritmo de sua abertura atraíram investimentos para o país e viabilizou o desenvolvimento econômico.

3.2 INVESTIMENTOS E TECNOLOGIA NA CHINA

³² Tim Wineland. “China and Standards” In Revista Export America. Washington, Estados Unidos: *Departmento of Commerce*. Vol. 5, Número 3, 2004, págs.22 e 23.

O EDITORIAL NUEVA ESTRELLA (2003) afirma que a China utiliza o capital externo de formas diversas, dividindo-o em três tipos, de acordo com sua procedência: 1) empréstimos, 2) Investimento Direto Externo (IDE) e 3) outros investimentos externos. Os empréstimos compreendem empréstimos governamentais, empréstimos de instituições financeiras internacionais e de bancos comerciais, bônus de dívida pública emitidos no exterior e créditos à exportação. O IDE compreende o fluxo de capital estrangeiro numa economia, em que o investidor estrangeiro tem participação majoritária no controle da empresa, podendo o investimento ser feito em conjunto entre governo e empresas; empresas de capital estrangeiro; ou *joint ventures*. Os outros investimentos externos são as emissões de ações no exterior, comércio compensatório e montagem ou processamento e embalagem de produtos. Destacaremos a seguir a aplicação de IDE na China.

Segundo estudo de PUGA *et alii* (2004), “a política de atração do IDE na China pode ser dividida em três estágios: 1) abertura gradual e limitada; 2) promoção ativa através de tratamento preferencial; 3) promoção do IDE de acordo com objetivos de política industrial”.³³

Para permitir *joint ventures* nas chamadas Zonas Econômicas Especiais, o governo chinês tem feito, desde o início da abertura, uma série de regulamentações. Segundo PUGA *et alii* (2004), após a reabertura do país em 1992,

“o governo iniciou uma política de redução tarifária e suporte financeiro para atrair investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que atuava no sentido de melhorar as condições legais das firmas estrangeiras, incluindo a previsão de penalidades em caso de não cumprimento dos contratos (*Circular on Issues Relating to Strengthening the Examination and Approval of Foreign-funded Enterprises*, criada em novembro de 1994)”.³⁴

³³ Fernando Pimentel Puga *et alii*. *O Comércio Brasil- China: Situação Atual e Potencialidades de Crescimento*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004 (no prelo), pág. 6.

³⁴ *Ib.*

O *Provisional Guidelines for Foreign Investment Projects* deu prioridade aos investimentos diretos nas áreas de agricultura, energia, transportes, telecomunicações, matérias primas e projetos de alta tecnologia, o que segundo SCHUMPETER (1982), beneficia o desenvolvimento do país, uma vez que o investimento é essencial às inovações. Os investimentos nesses setores também favorecem a produção industrial e novos métodos de produção podem abrir novas fontes de insumo, novos métodos de transporte, e assim por diante.

TABELA 1-

Capital estrangeiro na China - US\$ bilhões					
	1998	1999	2000	2001	2002
Empréstimos	11,0	10,2	10,0	-	-
Investimento Direto Externo	45,5	40,3	40,7	46,9	52,7
Outros Investimentos Estrangeiros	2,1	2,1	8,6	2,8	2,3
Total	58,6	52,7	59,4	49,7	55,0

Fonte: BNDES (2004), *Apud China Statistical Yearbook*, 2002

É possível dizer que os fluxos de IDE se tornaram a fonte mais importante de entrada de capital para o país. De acordo com PUGA *et alii* (2004),

“para se ter idéia do crescimento do investimento estrangeiro direto, em 1991 este representava US\$ 4,4 bilhões, tendo crescido mais do que dez vezes após uma década. Em 2002, a China recebeu US\$ 55,0 bilhões em fluxos de capital, sendo quase a totalidade em Investimentos Estrangeiros Diretos”.³⁵

Mas nem tudo funciona perfeitamente na China. Segundo XIE (2004), os únicos investidores estrangeiros que consistentemente se saíram bem ignoraram o mercado chinês, concentrando suas forças no país como base barata para a fabricação e o processamento de produtos para a exportação. E, no momento, a base da economia chinesa se volta mesmo à exportação. Apesar de o país estar se consolidando como uma grande potência fabril, a renda *per*

³⁵ Fernando Pimentel Puga *et alii*. *Op. cit.*, pág. 6.

capita da população chinesa continua baixa, mesmo tendo aumentado nos últimos anos. Isso implica num baixo poder aquisitivo. Segundo CASTANHEIRA (2003), executivos estrangeiros em Xangai e Pequim começam a colocar algumas dúvidas sobre quando a massa populacional da China se transformará em mercado consumidor.

Segundo GOTO e CARNICELLI (2003),

“o clima de euforia inspira cuidado. Analistas já mandaram o alerta para um possível excedente de produção, tendo como base os investimentos futuros já anunciados. A China tem recebido investimentos maciços em todos os setores, que estão multiplicando a produção e uma hora vão levar à ociosidade. No primeiro semestre de 2003, a produção no país cresceu mais de 30% e o consumo, apenas 10%” (pág. 2).

Em 2003, segundo XIE, os investimentos do tipo IDE na China foram recorde, alcançando US\$ 57 bilhões. Já o IDE contratado, indicador de investimento futuro, cresceu 39% em 2003, para US\$ 115 bilhões.

Acerca da tecnologia, é possível desenvolvê-la internamente ou obtê-la por meio de compra ou aquisição de equipamentos e assistência técnica, pela criação de *joint ventures* entre empresas estrangeiras e nacionais. Mas o acúmulo de conhecimentos é essencial para o desenvolvimento de tecnologias e a transferência de tecnologia não é algo obtido facilmente, pois empresas e países que detêm tecnologia fazem o possível para resguardar suas indústrias da concorrência.

O RDH 2001 afirma que:

“it is often thought that people gain access to technological innovations (...) once they have more income. This is true – economic growth creates opportunities for useful innovations to be created and diffused. But the process can also be reversed; investments in technology, like investments in education, can equip people with better

*tools and make them more productive and prosperous. Technology is a tool, not just a reward, for growth and development”.*³⁶

A China tem desenvolvido sua própria tecnologia baseada em produtos que não são inovações propriamente ditas. Ela desenvolve seus próprios produtos partindo de produtos já existentes, podendo até copiar e piratear tecnologia e produtos desenvolvidos em outros países. Segundo dados da EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS NA CHINA (2004):

“Auto parts, watches, sporting goods, shampoo, footwear, designer apparel, medicine and medical devices, leather goods, toys, batteries, and other non-consumer products - the seemingly endless array of counterfeit products that are manufactured and distributed within China, or exported to other countries, continues to grow. China was the number one source of counterfeit products that were seized at the United States border last year”.^{37, 38}

A partir dos anos 1980, o governo chinês lançou uma série de planos para o desenvolvimento científico. Mas o EDITORIAL NUEVA ESTRELLA (2003) afirma que a

³⁶ “Geralmente se pensa que as pessoas ganham acesso às inovações tecnológicas (...) uma vez que elas têm mais renda. Isto é verdade – crescimento econômico cria oportunidades para as inovações úteis serem criadas e difundidas. Mas o processo também pode ser revertido; investimentos em tecnologia, como investimentos na educação, podem equipar as pessoas com ferramentas melhores e fazê-las mais produtivas e prósperas. A tecnologia é uma ferramenta, não é somente uma recompensa para o crescimento e desenvolvimento”. (Tradução livre do autor). Em *Human Development Report* 2001. Disponível em <http://hdr.undp.org> - acesso em 30 abr 2004, pág. 2.

³⁷ Disponível em <http://www.usembassy-china.org.cn/ipr/ovview.html#curt>. Acesso em 10 mai 2004.

³⁸ “Peças para automóveis, relógios, bens esportivos, xampu, calçados, *design*, remédios e aparelhos médicos, produtos em couro, brinquedos, baterias e outros produtos não-consumíveis – a aparentemente interminável gama de produtos falsificados que são fabricados e distribuídos na China, ou exportados para outros países continua a crescer. A China foi a fonte número um de produtos falsificados confiscados na fronteira dos Estados Unidos no ano passado”. (Tradução livre do autor).

década de 1990 foi o período fundamental para o avanço da ciência e tecnologia, com o estabelecimento de suas metas de desenvolvimento, as funções, o financiamento e um sistema de prêmios neste terreno. A estratégia para a ciência e tecnologia parte dos seguintes princípios:

“la ciencia y la tecnología constituyen la primera fuerza productiva, es necesario persistir en tomar la educación como lo fundamental, colocar la ciencia y tecnología y la educación en una posición importante del desarrollo económico y social, aumentar la fuerza real científica y tecnológica, así como la capacidad de transformar los adelantos de este campo en fuerzas productivas efectivas, elevar la cualificación científica, técnica y cultural de todo el pueblo, trasladar la construcción económica a la órbita de apoyarse en los avances científicos y técnicos y acrecentar la prosperidad y florecimiento de la sociedad”.^{39, 40}

A China tem investido em educação desde a Revolução de 1949 e principalmente nos últimos 10 anos. Em 1995, o governo chinês implantou a estratégia de revigorar o país mediante a ciência e a educação. A educação é entendida, assim, como uma forma de capacitar a mão-de-obra e formar pessoal para que possa desenvolver tecnologias. É sabido que um país pode produzir ciência, mas ser fraco em inovações tecnológicas. Acreditamos que a China optou por ser uma produtora de inovações, usando a produção de ciência. Afirma OLIVEIRA (1999) que a China enviou desde 1978, 300 mil estudantes ao exterior para “aprimorar estudos e conhecer outras tecnologias”. Ademais, cresceram os recursos humanos nas áreas científicas na China. Prova disso é que de 1,290 milhão de cientistas e técnicos em 1985, a China passou a ter 21,860 milhões, em 2002.

³⁹ Editorial Nueva Estrella. *Op. cit.*, pág. 203.

⁴⁰ “A ciência e a tecnologia constituem a primeira força produtiva, é necessário persistir em tomar a educação como fundamental, colocar a ciência e tecnologia e a educação em uma posição importante do desenvolvimento econômico e social, aumentar a força real científica e tecnológica, bem como a capacidade de transformar os adiantamentos neste campo em forças produtivas efetivas, elevar a qualificação científica, técnica e cultural de todo o povo, transportar a construção econômica à órbita de apoio nos avanços científicos e técnicos e acrescentar a prosperidade e florescimento da sociedade”. (Tradução livre do autor)

Além disso, afirmam TOMICH *et alii* (2004) que apesar de ter barreiras alfandegárias, “a China concede, em alguns casos, isenções ou tarifas menores para produtos importados submetidos aos planos de desenvolvimento regional ou setorial”⁴¹, ou seja, aqueles produtos cuja importação acarreta desenvolvimento têm tratamento especial ante os demais.

A autorização da direção do Partido Comunista Chinês de se estabelecerem *joint ventures* no país, inclusive parcerias entre empresas estatais e empresas de capital estrangeiro e a criação de Zonas Econômicas Especiais com o fim de receber empresas exportadoras e pólos de produção para a exportação, comprovam que a China estava ciente e desejosa de que os investimentos estrangeiros e a entrada de tecnologia tivessem uma participação maior no crescimento de sua economia.

Os investimentos e a busca do aprimoramento de tecnologias levaram a China a alcançar uma capacidade de fabricar produtos de maior qualidade em alguns setores, como calçados, brinquedos e têxteis, ajudando nos esforços de padronização e compatibilidade com as normas internacionais, preparando-se para a concorrência internacional e ofertando produtos cuja demanda é alta nos mercados externos. “A China já responde por metade da produção mundial de máquinas fotográficas. Três em cada dez aparelhos de ar condicionado e de TV produzidos são feitos lá. Mais de 25% das máquinas de lavar e 20% das geladeiras no mundo levam o selo ‘Made in China’”⁴².

3.3 AS POLÍTICAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL DA CHINA

A China certamente utilizou algumas das políticas de comércio internacional das descritas no ponto 2.5 deste trabalho. Encontramos na literatura relatos a esse respeito, os quais tentaremos listar nesta seção.

⁴¹ Frederico Andrade Tomich *et alii*. *Efeitos Potenciais de Acordos Comerciais com a África do Sul, China, Índia e Rússia sobre as Exportações Brasileiras*. Brasília: IPEA, no prelo, 2004, pág. 14.

⁴² Disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/conheca_pais/china/economia.html, acesso em 14 mai 2004.

Priorizando as exportações, a RPC conseguiu atrair investimentos externos em sua produção. Segundo OLIVEIRA (1999), “grande instrumento do desenvolvimento e da criação de empresas, a exportação recebeu incentivos adequados (isenções tributárias, financiamentos etc.), atraindo vultosos investimentos externos para o setor”.⁴³ Desde que começou suas reformas em 1978, até 2000, o valor agregado da indústria chinesa cresceu numa média anual de 11,6 %. Segundo dados do EDITORIAL NUEVA ESTRELLA (2003), graças a esse rápido desenvolvimento industrial, a produção de aço, carvão, cimento, fertilizantes químicos agrícolas e televisores se situa no primeiro lugar mundial desde 1996.

A China também tem enfrentado acusações de *dumping*. O Departamento de Comércio Americano proferiu uma sentença de *dumping* contra a venda de televisores chineses. O caso ainda não foi levado à OMC. Há notícias sobre outros setores em que a China utiliza essa prática, como a exportação de camarão, lápis e têxteis, entre outros. Mais ultimamente, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem conduzido investigações de *dumping* nas exportações da China de um ácido usado na fabricação de herbicidas, para o Brasil. Nenhuma dessas acusações de *dumping* que a RPC sofre foi comprovada no âmbito da OMC. Mas vale lembrar também que faz pouco tempo que sua entrada foi aceita naquela organização.

Outra prática considerada política de comércio internacional aplicada pela China é o controle monetário. Vemos já há algum tempo as pressões do FMI e da comunidade internacional, principalmente por Estados Unidos para que a China flexibilize seu sistema cambial. Segundo o jornal O ESTADO DE SÃO PAULO,

“autoridades chinesas disseram ao The New York Times que o país está preparando a redução dos incentivos aos exportadores e pretende afrouxar o controle sobre a posse de moedas estrangeiras, por pressão dos EUA. Cerca de 35% do déficit comercial de US\$ 244 bilhões dos Estados Unidos no primeiro semestre se deveram ao

⁴³ Carlos Tavares de Oliveira. *Op. cit.*, 1999, pág. 56.

comércio com a China e o Japão. Washington alega que estes dois países enfraquecem artificialmente o yuan e o iene para facilitar as exportações”.⁴⁴

Encontramos também referências a barreiras técnicas no comércio internacional chinês. Segundo WINELAND (2004),

“in the 1990s, as China implemented its standards and testing laws, and as companies began to see China as a market for exports, foreign companies experienced China’s standards regime firsthand, and reported that the system was in some cases costly, burdensome, and applied more stringently to foreign imports than domestic products”.⁴⁵

Podemos verificar que a China aplica para as importações taxa *ad valorem*, ou específica, dependendo do produto. Citando TOMICH *et alii* (2004), “a maioria das tarifas de importação da China é calculada *ad valorem*, embora para alguns produtos sejam cobradas tarifas específicas”.⁴⁶

De acordo com TOMICH *et alii* (2004), em 2002, quando a China finalmente ingressou na OMC, a média das tarifas praticadas pelo país eram de 18,6% e a estimativa é de que essa média se reduza para 10,9%, sendo reduzidas as tarifas dos produtos agrícolas até 2004 e as dos produtos industrializados até 2005.

Resumidamente, encontramos como políticas de comércio exterior na RPC as seguintes: isenções tributárias, financiamentos, *dumping*, controle monetário, barreiras técnicas, tarifas *ad valorem*, tarifas específicas, isenções tarifárias para produtos importados e acordos comerciais preferenciais.

⁴⁴ Desconhecido. “Snow Pressiona a China a Adotar Câmbio Livre” In jornal O Estado de São Paulo. Caderno Economia, 3 set 2003.

⁴⁵ Tim Wineland. *Op. cit.*, pág. 22.

⁴⁶ Frederico Andrade Tomich *et alii*. *Op. cit.*, pág. 14.

3.4 DADOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CHINA ENTRE 1978 E 1990, PÓS “GRANDES MODERNIZAÇÕES”

O crescimento econômico não é condição suficiente para o desenvolvimento econômico. E não acarreta somente desenvolvimento econômico. O crescimento e o desenvolvimento econômico influenciam diretamente no desenvolvimento social e na qualidade de vida das pessoas. Há uma correlação entre os índices de crescimento econômico e o desenvolvimento humano.

KRUGMAN e OBSTFELD (2001) ponderam que:

“a pobreza é o problema básico dos países em desenvolvimento e sair da pobreza é seu fatigante desafio econômico e político. Comparada às economias industrializadas, a maioria dos países em desenvolvimento é pobre nos fatores de produção essenciais à indústria moderna: capital e mão-de-obra especializada. A relativa escassez desses fatores contribui para baixos níveis de renda *per capita* e, com frequência, impede os países em desenvolvimento de realizar economias de escala, das quais se beneficiam muitas nações mais ricas”.

No *ranking* de comércio internacional, a China passou de 32ª nação em 1978 à 12ª colocação em 1989. O volume global de bens comercializados pelo país em 1978 era de pouco mais que US\$ 20 bilhões. Desses US\$ 20 bilhões, cerca de US\$ 9,750 bilhões correspondiam às exportações e US\$ 10,9 bilhões às importações. Em 1990, o volume global do comércio exterior chinês já era de US\$ 115 bilhões, dos quais US\$ 62 bilhões cabiam às exportações e US\$ 53 bilhões, às importações⁴⁷.

Em relação ao IDH, podemos fazer comparações entre os índices alcançados pela China ao longo dos anos. Em 1975, o país já se encontrava entre aqueles classificados como

⁴⁷ Editorial Nueva Estrella. *Op. cit.*, pág. 158.

países de desenvolvimento médio. Mas tinha um índice de 0.521, exatamente 0.2 pontos a menos do que os atuais 0.721. De lá pra cá, a RPC vem aumentando gradativamente seu desenvolvimento humano. Em 1980, tinha índice de 0.554 e em 1985, 0.591. Houve aumento de 0.07 no período de dez anos. No período seguinte, igual de dez anos, o aumento foi maior, de 0.088. Em 1990, já se verificou um desenvolvimento humano maior, de 0.624, e em 1995, o índice era de 0.679.

3.5 DADOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CHINA ENTRE 1990 E 2003, APÓS PRESSÕES INTERNACIONAIS ACARRETADAS PELO MASSACRE DA PRAÇA *TIAN' ANMEN*

Veremos a seguir a evolução do quadro da RPC a partir de 1990, analisando dados sobre o crescimento da economia e do PIB, o volume de investimentos no país e o IDH, entre outros.

TABELA 2-

Taxa de crescimento médio anual da China (%)			
	1979-2002	1990-2002	1998-2002
PIB	9,3	9,2	7,8
População	1,2	1,0	0,8
Urbana	4,6	4,2	4,9
Rural	n.d.	(0,5)	(1,5)
Emprego	2,6	2,2	1,1

Fonte: BNDES (2004), *Apud China Statistical Yearbook*.

Apesar de verificarmos a abundância de mão-de-obra chinesa, as taxas de investimento da China são surpreendentes. O país parece atrair os investidores externos tanto pelos custos extremamente baixos de contratação da mão-de-obra chinesa (segundo VEJA *ONLINE*, na maioria das regiões do país, o salário das linhas de montagem é de menos de R\$ 2,00 por hora, enquanto nos Estados Unidos, é 20 vezes maior) quanto pelo potencial mercado consumidor que se desponta no horizonte. A renda *per capita* de sua população é desta forma, ainda muito baixa, atingindo somente US\$ 760/ ano.

No entanto, segundo o estudo de PUGA *et alii* (2004), embora a China seja a sexta economia mundial, passa para o segundo lugar quando o PIB é ajustado pela Paridade do Poder de Compra (PPC), sendo esse PIB hoje da ordem de US\$ 1,4 trilhão. “A mudança na forma de medir os valores em dólar também se explica porque apesar dos baixos salários dos chineses, o nível de poupança da economia é elevado”. E confirma os valores salariais auferidos pelos chineses: “em 2002, o custo da mão-de-obra por hora na indústria na China ficou em apenas US\$ 0,59, contra um custo de US\$ 2,27 no México e de US\$ 20,32 nos Estados Unidos. Apesar desse salário, a taxa de poupança ficou em 38,6% do PIB e a de investimento em 39,4% do PIB”.⁴⁸

O crescimento da China entre 1990 e 2002 foi de 9,2%. A crise asiática pouco afetou o país, que cresceu em média 7,8% no período 1998 e 2002. Da 12ª colocação no *ranking* do comércio internacional em 1989, a China alcançou a 6ª posição em 2001, escalando seis posições. O volume global de bens comercializados pelo país em 1990 passou dos US\$ 115 bilhões descritos anteriormente para US\$ 620 bilhões em 2002. Esse volume global era composto de US\$ 325 bilhões em exportações e US\$ 295 bilhões em importações, superavitária em US\$ 30 bilhões, segundo publicação do EDITORIAL NUEVA ESTRELLA (2003). O país detém 5% do comércio mundial. Suas reservas internacionais já ultrapassaram os US\$ 260 bilhões.

Segundo PUGA *et alii* (2004),

“A importância da China no cenário mundial também pode ser medida por sua relevância no comércio internacional. Em 2002, o país ficou em quarto lugar no ranking dos maiores exportadores e em sexto no ranking de importadores. Salta aos olhos o crescimento no comércio exterior do país nos últimos anos. De 1992 a 2002, as exportações aumentaram 283% (14,4% ao ano), pulando de US\$ 85 bilhões para 326 bilhões. As importações cresceram 266% (13,9% ao ano) no período, passando de US\$ 81 bilhões para US\$ 295 bilhões. A China tem liderado o comércio mundial de determinados produtos, com capacidade de influenciar preços. Em 2002, o país foi o maior importador mundial de soja e derivados (grãos, farelo e óleo de soja) e o

⁴⁸ Fernando Pimentel Puga. *Op. cit.*, pág.3.

segundo maior importador de ferro e de aço (o primeiro em aços laminados frios e aços especiais)”.⁴⁹

OLIVEIRA (1999) afirma que a China utilizou-se bem das exportações como instrumento de atração de investimentos. O crescimento médio das exportações foi de 10%, passando de US\$ 9,7 bilhões, em 1978, para cerca de US\$ 184 bilhões em 1998. Segundo o autor, as exportações chinesas passaram ao 4º lugar no *ranking* mundial após a reincorporação de Hong Kong ao país, em 1997. Em 1999, o comércio exterior tinha participação de 36% no PIB chinês e o país cuidou para sempre apurar superávits comerciais a fim de resguardar suas reservas internacionais.

Tratando sobre o IDH, em 2001 o Índice de Desenvolvimento Humano da China já havia atingido a atual marca de 0.721⁵⁰. Isso tudo significa que a China não permaneceu estacionada em seus índices de desenvolvimento humano. Demonstra, apesar das desigualdades regionais e de 10% da população se encontrar abaixo da linha de pobreza, que houve melhora na qualidade de vida e conforto geral da população do país.

A vida da população chinesa sentiu mudança singular nos últimos 50 anos, mudança notável considerando-se os últimos 20. A força de trabalho na agricultura caiu de 71% em 1978 para 50% em 1995⁵¹. De acordo com o RDH 2003, o PIB *per capita* ultrapassou US\$ 4.000 (PPC) em 2001 e o consumo de bens duráveis cresceu consideravelmente. O período desde 1978 tem sido o de maior crescimento econômico e de renda da população do país. Segundo as

⁴⁹ *Ib.*

⁵⁰ *Human Development Report 2003*. Disponível em <http://hdr.undp.org> - acesso em 28/02/04, pág. 243.

⁵¹ Supachai Panitchpakdi; Mark L. Clifford. *China and the WTO: Changing China, Changing World Trade*. Cingapura: John Wiley & Sons, 2002.

estatísticas, a renda líquida *per capita* nas zonas rurais saltou de 134 *yuans* em 1978 para 2.476 *yuans* em 2003; nas zonas urbanas saindo de 343 para alcançar 7.703 *yuans*⁵².

Segundo dados oficiais do governo chinês, a população pobre do país foi reduzida de 250 para 29 milhões de pessoas entre 1978 e 2003⁵³. Esses dados são confirmados por PANITCHPAKDI e CLIFFORD, que afirmam que 200 milhões de pessoas saíram da linha de pobreza.

OLIVEIRA (1999) afirma que “o programa [de abertura da economia] mudou completamente a face da nação mais populosa do planeta, tirando-a do atraso e da estagnação”. De acordo com o autor,

“hoje existem [na China] mais de 250 mil empresas com capital estrangeiro, que empregam 17,4 milhões de chineses. Essa participação desenvolveu e modernizou principalmente o setor industrial (...) tornando a China a maior produtora mundial de aço, televisores, eletrodomésticos, bicicletas, telefones, calçados etc. Com a instalação das principais montadoras (...), para explorar o imenso mercado interno e cuja produção já beira a 2 milhões de veículos, brevemente tornar-se-á a China também o maior fabricante de automóveis”.⁵⁴

Isso tudo indica melhora nos padrões de consumo e de conforto geral da população. O aumento do consumo só foi possível pelo aumento da renda dos cidadãos chineses, apesar de a renda *per capita* na China continuar baixa em relação a das populações dos países desenvolvidos.

Segundo PUGA *et alii* (2004), o crescimento da economia nos últimos anos e sua vasta população têm permitido aumento expressivo do consumo na China, principalmente dos bens duráveis. De acordo com o estudo, o maior aumento

⁵² Editorial Nueva Estrella. *Op. cit.*, pág. 162.

⁵³ Disponível em <http://po.chinabroadcast.cn/1/2004/04/23/1@8289.htm> – acesso em 28/04/04.

⁵⁴ Carlos Tavares de Oliveira. *Op. cit.*, 1999, pág. 51.

percentual foi o de aparelhos celulares. O número de aparelhos possuídos por trabalhadores urbanos entre 2000 e 2002 passou de 19,5 para 62,9 milhões. No entanto, CASTANHEIRA (2003) afirma que “o consumo de energia, indicador clássico de medição de desenvolvimento, não acompanha nem de perto esses percentuais [de crescimento econômico]”.

4. CONCLUSÃO

Pode-se constatar, ao longo do presente trabalho, que o desenvolvimento econômico não pode ser traduzido em um único índice ou com a pesquisa de somente um dado estatístico. O desenvolvimento é composto de diversas variáveis e há vários meios de auferi-lo.

As análises teóricas salientaram o que é crescimento econômico, desenvolvimento econômico e suas etapas. A teoria evolucionista, como que partindo da teoria schumpeteriana, afirma que a tríade dos fatores de produção não é o único fator para assegurar o incremento da economia de um país. Inovações e acúmulo de conhecimentos também são vitais para progredir.

Averiguamos também que os Investimentos Diretos Estrangeiros e a tecnologia, trazidos por empresas multinacionais e aplicados em *joint ventures* contribuíram e impulsionaram o crescimento da economia chinesa no período estudado.

A análise do IDH nos possibilitou verificar por meio de dados estatísticos, que não o PIB e a renda *per capita*, que a China alcançou melhores índices de desenvolvimento na área social, implicando em melhor qualidade de vida para a sua população, apesar de essa melhora não ser uniforme em todo o território do país.

A exposição das políticas possíveis de comércio internacional nos permitiu buscar na literatura quais delas foram utilizadas na China. É sabido que o processo de liberalização, no entanto, tende a diminuir as restrições e barreiras ao comércio internacional, diminuindo ou extinguindo o uso de algumas das políticas de comércio citadas. As questões de comércio internacional contam com regras mais flexíveis, estabelecidas e controladas pela OMC e é incumbência dessa organização internacional dirimir as lides e controvérsias advindas do comércio gerado entre os seus países-membros. A China deve ganhar na qualidade de sua produção após sua entrada naquela organização e os outros países devem obter uma competição mais leal, garantida pelos termos acordados no âmbito da OMC.

Deng Xiaoping implantou uma abertura comercial que alavancou o comércio exterior da RPC a ponto de o país ter passado de 32^a a 6^a economia no *ranking* do comércio internacional em menos de 25 anos.

Também na análise do PIB chinês, verificamos o crescimento da economia do país. O PIB aumentou cerca de 30 vezes, segundo cálculo sobre dados oficiais. Fontes governamentais admitem que o comércio exterior da China e suas ferramentas, as políticas de comércio internacional, têm um papel central no planejamento e nas metas que visam ao crescimento econômico do país.

Ante o exposto, no caso chinês entre 1978 e 2003, observa-se que houve desenvolvimento econômico e social, como comprovam os dados apresentados, pois houve aumento significativo do PIB, crescimento do volume de comércio internacional, incremento dos investimentos e da tecnologia, além de ter a China obtido melhoras também em outros índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano.

Destarte, pode-se afirmar que houve desenvolvimento econômico gerado pelo aumento do comércio internacional do país, ou seja, as políticas de comércio exterior contribuíram para o desenvolvimento econômico e social da China. Segundo RODRIK (2002), “sem dúvida, o crescimento econômico levou a uma melhora substancial das condições de vida da vasta maioria de famílias”⁵⁵ dos países que cresceram a índices anuais superiores a 2,5%. Portanto, comprova-se a Hipótese H0, de que houve desenvolvimento gerado pelas políticas de comércio internacional, considerando a análise dos dados constantes das seções 3.4 e 3.5 do presente trabalho.

⁵⁵ Dani Rodrik. *Op. cit.*, pág. 46.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, E. A China recebe uma jóia In Revista Veja, edição 1501, 25 jun 1997.

ARBIX, G. et alii. Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

BANCO DO BRASIL. “Perfil da China” In Comércio Exterior Informe BB, Nº 38. Brasília: Publicação do Banco do Brasil, 2001.

CASTANHEIRA, J. “A Nova Fronteira” In Revista Istoé Dinheiro. Editora Três, São Paulo, 22 jan 2003.

CIA WORLD FACTBOOK. China. Disponível em <http://www.odci.gov/cia/publications/factbook/geos/ch.html>. Acesso em 20 mar 2004.

CRI ONLINE. “FMI: O Desenvolvimento Sustentável da China Promove o Crescimento Econômico”. Disponível em <http://po.chinabroadcast.cn/21/2004/04/15/1@7816.htm> – acesso em 28 abr 2004.

_____. “Renda dos camponeses aumentou em 2003”. Disponível em <http://po.chinabroadcast.cn/1/2004/04/23/1@8289.htm> – acesso em 28 abr 2004.

DESCONHECIDO. “La Chine, atelier du monde” In Revista *L'Express*. França, 23 out 2003.

_____. “Snow Pressiona a China a Adotar Câmbio Livre” In jornal O Estado de São Paulo. Caderno Economia, 3 set 2003.

DOBB, M. *O Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

EDITORIAL NUEVA ESTRELLA. *China 2003*. Beijing: Editorial Nueva Estrella, 2003.

EMBAIXADA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. “Intellectual Property Rights”.

Disponível em <http://www.usembassy-china.org.cn/ipr/ovview.html#curt>. Acesso em 10 mai 2004.

FINANCIAL TIMES. *Dominando os Mercados Globais*. São Paulo: Makron Books, 2001.

GALLANT, R.; U.S. COMMERCIAL SERVICE, BEIJING. “Look Before You Leap- Essential Advice for Doing Business in China” In Revista Export America. *Washington*, Estados Unidos: *Departamento of Commerce*. Vol. 5, Número 3, 2004.

GOTO, M. ; CARNICELLI, M. “Que Negócio da China é Esse?” In http://carsale.uol.com.br/opapoeacarro/mercado/mercado_191103.shtml#sobe#sobe. Acesso em 19 nov 2003.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. *Economia Internacional-Teoria e Política*. São Paulo: Makron Books, 5ª edição, 2001.

LABATUT, E. N. *Política de Comércio Exterior*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1994.

LEMOS, C. “Inovação na Era do Conhecimento” In *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MAIA, J. M. *Economia Internacional e Comércio Exterior*. São Paulo: Editora Atlas, 8ª edição, 2003.

MANKIW, N. G. *Macroeconomia*. Rio de Janeiro: LTC, 3ª edição, 1998.

_____. *Introdução à Economia: princípios de micro e macroeconomia*. Rio de Janeiro: Campus, Tradução da 2ª edição, 2001.

OLIVEIRA, C. T. *O Despertar da China: A Abertura para a Economia de Mercado*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1990.

_____. *Comércio Internacional: China, EUA e Portos*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 1999.

_____. *Estados Unidos e China: O Desafio Econômico*. São Paulo: Edições Aduaneiras, 2ª edição, 2001.

PANITCHPAKDI, S.; CLIFFORD, M. L. *China and the WTO: Changing China, Changing World Trade*. Cingapura: John Wiley & Sons, 2002.

PINTO, R. P. “A divisão do ‘bolo’ ainda está para acontecer”. Disponível em http://www.fecet.br/conjuntura_artigo11.html . Acesso em 18 mar 2004.

POMAR, W. *China: O dragão do século XXI*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

PUGA, F. P. ; *et alii*. *O Comércio Brasil- China: Situação Atual e Potencialidades de Crescimento*. Rio de Janeiro: BNDES, no prelo, 2004.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Crescimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 3ª edição, 1966.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. Madrid, Espanha: Aguilar, S.A. de Ediciones, 1968.

_____. *A Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, C. C. *Introdução ao Comércio Exterior: Fundamentos Teóricos do Comércio Internacional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2004.

SOUZA, N. J. *Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Atlas, 3ª edição, 1997.

TOMICH, F. A.; CARVALHO, Marco Antonio de Sousa; MOREIRA, Sérvulo Vicente. *Efeitos Potenciais de Acordos Comerciais com a África do Sul, China, Índia e Rússia sobre as Exportações Brasileiras*. Brasília: IPEA, no prelo, 2004.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP), *Human Development Report 1996, 2001 e 2003*. Disponível em <http://hdr.undp.org>. Acesso em 28 fev 2004.

VALLE, M. G. *Aportes da Economia Evolucionista e da Nova Economia Institucional na Constituição de Arranjos Institucionais de Pesquisa e Inovação. Anais do XXII Simpósio Internacional de Gestão da Inovação Tecnológica, Salvador, nov. 2002.*

VEJA ONLINE. Disponível em http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/conheca_pais/china/economia.html. Acesso 14 mai 2004.

WINELAND, T. “China and Standards” In Revista Export America. Washington, Estados Unidos: *Departmento of Commerce*. Vol. 5, Número 3, 2004.

XIE, A. “*Behind the Mask: A survey of business in China*” In Revista *The Economist*. Reino Unido, 20 mar 2004.

ANEXO I

ANEXO II

ANEXO II



Produto Interno Bruto
Por pessoa por província, 2002, US\$

Fonte: XIE, A. "Behind the Mask: A survey of business in China" In Revista *The Economist*. Reino Unido, 20 mar 2004, pág. 4

ANEXO III

ANEXO III

La Chine, atelier du monde

Avec une moyenne de 8% de croissance par an depuis vingt ans, la Chine est devenue la sixième économie mondiale et le quatrième exportateur. Cela en grande partie grâce aux 425 000 entreprises à capitaux étrangers présentes dans le pays, qui assurent à elles seules plus de la moitié des exportations.



“A China, fábrica do mundo

Com uma média de 8% de crescimento por ano durante vinte anos, a China se tornou a sexta economia mundial e o quarto exportador. Isso em grande parte graças aos 425 000 empresas de capital estrangeiro presentes no país, que asseguram para elas mesmas mais da metade das exportações.

► De onde vêm as exportações chinesas
(em % das exportações de janeiro a julho de 2003, por província)
Principais “Zonas Econômicas Especiais”
Números compreendidos do total da província

► Inicialmente pela Ásia
A metade das exportações parte para os países vizinhos da Ásia oriental. Se a União Européia logra no momento conter seu déficit comercial com a China (principalmente graças aos alemães), os Estados Unidos deixam o seu rodar.

► Inicialmente a costa
Um terço das mercadorias exportadas pela China é fabricado na província de Cantão (Guangdong), e quase todo o resto nas outras províncias costeiras. Uma concentração que as autoridades tentam remediar com a criação de “Zonas Econômicas Especiais” (zonas francas) em todas as outras províncias do país.
Fonte: DESCONHECIDO. “La Chine, atelier du monde” In Revista *L'Express*. França, 23 out 2003, pág. 126.